

**GREVE NA UFAL.** Professores e servidores da universidade reivindicam reajuste salarial à União

## “O governo não está aberto ao diálogo”

Márcio Barboza, da Adufal, reclama de propostas para pôr fim à greve

LELO MACENA  
REPÓRTER

Cem por cento paralisada desde o último dia 17 de maio, segundo o movimento grevista, a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) está entre as 56 das 59 universidades federais brasileiras que aderiram ao movimento grevista que já dura 45 dias. Além das universidades, todos os institutos federais também estão parados. Embora pacífica e com poucos protestos e mobilizações nas ruas, o comando de greve nacional afirma que é a maior paralisação das instituições de ensino superior na história do Brasil. À frente da mobilização em Alagoas, o vice-presidente da Associação dos Docentes da Ufal, Márcio Gomes Barboza, afirma que a greve deve continuar. Em entrevista à *Gazeta*, ele diz que falta sensibilidade ao governo para resolver a questão e traça um histórico da negociação que culminou na greve. Márcio Gomes Barboza também critica o Reuni, reclama das condições dos campi da Ufal e defende melhores salários para os professores.

**Gazeta. Quarenta e cinco dias depois da deflagração da greve, não houve sequer uma reunião entre o movimento grevista e o go-**

**verno federal. Por quê?**  
**Márcio Gomes Barboza.** É a insensibilidade do governo. Estamos aguardando ainda uma proposição oficial quanto às nossas reivindicações, principalmente quanto ao plano de cargos e carreira.

**O governo federal já se manifestou de alguma forma?**  
Até o momento, o governo marcou duas reuniões, uma no dia 28 de maio e outra no dia 19 de junho. No dia anterior às duas reuniões, o encontro foi desmarcado. A justificativa é que ainda estariam formatando uma proposta.

**Então não há perspectivas do retorno das atividades**

**nos campi da Ufal?**  
Por enquanto, não.

**Na sua opinião, o que estaria travando esse entendimento entre o governo e a categoria?**

Na realidade, o que percebemos é que, apesar do esforço do Ministério da Educação, esbarramos sempre nas decisões do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. É esse ministério que diz sim ou não aos nossos pleitos.

**Mas a categoria vinha negociando com o governo até decidir pela greve?**

Nós iniciamos essa negociação no dia 2 de agosto de 2010, depois de convocação do próprio governo. Naquela data, o governo protocolou uma nova carreira de professor universitário. Na verdade, o governo queria criar mais um nível com quatro subníveis. Seria uma categoria chamada de professor sênior.

**Como a categoria recebeu essa investida do governo?**

Nós não aceitamos, enquanto sindicato nacional. Em dezembro de 2010, o governo convocou nova reunião e disse que a proposta seria aquela. Em janeiro de 2011, durante o congresso do sindicato nacional da nossa categoria, elaboramos na plenária e protocolamos um documento, onde constava nossa proposta de carreira. O governo foi empurrando até agosto de 2010, no prazo de enviar a LDO [Lei de Diretrizes Orçamentária] para o Congres-

so, e disse que não tinha nada para nos dar com relação a aumento salarial para 2012.

**Mas vocês aceitaram os 4% de reajuste proposto pelo governo à época.**

Naquela ocasião, não estávamos mobilizados. Essa é a realidade. E tivemos que aceitar esse percentual de 4% não como reposição salarial, mas como acordo emergencial para que nós aguentássemos esse arrocho salarial até março. O importante foi que nessa barganha nosso sindicato nacional negociou com o governo a criação oficial de uma comissão para estudar a nova reestruturação da carreira.

**E quanto aos resultados do trabalho dessa comissão?**

O prazo máximo para a apresentação do documento final era 31 de março deste ano. Houve reuniões em outubro, novembro e dezembro de 2011. Em janeiro, o negociador do governo, o senhor Duvanier Paiva, faleceu de morte repentina e o governo passou dois meses para nomear outra pessoa, com a desculpa de que a memória da negociação quem tinha era o senhor Duvanier. Isso não pode acontecer, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não ter nada no papel, oficializado. Só em março, as reuniões foram retomadas, depois da nomeação de outra pessoa. Mas o documento não ficou pronto.

**E quanto ao reajuste de 4% prometido?**

Com relação aos 4%, o governo jogou num Projeto de Lei, chamado PL 2203, juntamente com outras categorias que tinham questões específicas, mandou para o Congresso e criou o que podemos chamar de um monstro. Até outubro do ano passado, já tinham 182 emendas. Ou seja, não vai ser votado nunca e era exatamente o que o governo queria.

**Foi a partir de então que a greve nacional começou a ser definida?**

Quando fizemos uma reunião em março passado para analisar a conjuntura, sabíamos que tínhamos força para entrar numa greve. Essa é a maior gre-

ve que as instituições de ensino superior já fizeram no Brasil. O governo não imaginava que tivéssemos essa força e fez uma análise errada. No dia 25 de abril, avisamos que entraríamos em greve. O governo nos pediu um tempo até o fim de maio. Mas não houve avanço e sabíamos que não se resolveria a situação em uma ou duas semanas.

**Qual a principal reivindicação da categoria?**

É a reestruturação da carreira de docente. Desde a década de noventa, nossos aumentos vêm sendo feitos em termos de gratificações. Para se ter uma ideia, até o último mês de

**Frases**  
MÁRCIO BARBOZA  
VICE-PRESIDENTE DA  
ADUFAL

**“O que percebemos é que, apesar do esforço do Ministério da Educação, esbarramos sempre nas decisões do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. É esse ministério que diz sim ou não aos nossos pleitos”**

**“Essa é a maior greve que as instituições de ensino superior já fizeram no Brasil. O governo não imaginava que tivéssemos essa força e fez uma análise errada. No dia 25 de abril, avisamos que entraríamos em greve. O governo nos pediu um tempo até o fim de maio. Mas não houve avanço e sabíamos que não se resolveria a situação em uma ou duas semanas”**

**“Os campi de Arapiraca e de Maceió**

**estão localizados ao lado de presídios. Arapiraca é uma situação pior. O presídio está dentro da universidade. Desde 2006, já aconteceram diversas fugas, como mostraram os noticiários”**

abril, nosso vencimento máximo correspondia a 25% do que recebíamos. Setenta e cinco por cento eram de gratificações. Isso acontece de uma forma tão absurda que um professor que trabalha 20 horas semanais, com gradua-

ção, tinha como vencimento máximo 557 reais, menos que salário mínimo vigente na federação. Isso não se admite.

**O que o movimento propõe?**

Queremos que o piso da categoria seja o determinado pelo Dieese, que é de 2.350 reais, como base para o professor de 20 horas semanais com graduação. Além disso, nós queremos 13 níveis de ascensão, onde o professor chegaria ao nível máximo com 17 anos de atividade, e que todos os docentes tenham condições de alcançar o topo da carreira, o que não acontece hoje.

**Qual o critério, hoje, nas universidades federais para a ascensão do professor?**

O governo estabelece como pré-requisito para passar de uma classe para outra a titulação. Temos professores, alguns foram meus professores na década de 80, que estão num nível menor do que eu me encontro agora. Porque fizeram mestrado, mas não saíram para fazer doutorado. Eles não tiveram as mesmas condições de ascender que temos hoje e estão estagnados há mais de 20 anos, na mesma categoria, sem ter o direito de subir de nível. Não podemos deixar que isso aconteça. É um absurdo. Todo trabalhador brasileiro tem direito a ascensão.

**Vocês também cobram infraestrutura nos campi.**

Sim. Sabemos que o Reuni [Programas de Apoio à

elevada. Somos contratados para exercer atividade de pesquisa, ensino e extensão. Quando o professor está sobrecarregado com a única atividade de ensino, ele não exerce satisfatoriamente as demais atividades. Na avaliação de progressão, esse professor não consegue pontuação máxima porque está sobrecarregado. Sem falar no número de alunos em sala de aula e no excesso de turmas para cada professor. Isso tem sido correto nos campi do interior.

**E quanto à questão da segurança?**

Lamentavelmente os campi de Arapiraca e de Maceió estão localizados ao lado de presídios. Arapiraca é uma situação pior. O presídio está dentro da universidade. Desde 2006, já aconteceram diversas fugas, como mostraram os noticiários. A última foi no dia 2 de abril, onde houve deflagração de tiro em sala de aula, colocando em risco toda a comunidade acadêmica. O governo do Estado já sinalizou concretamente que vai desativar o presídio. Mas o que a comunidade acadêmica teme é que essa promessa não seja concretizada. Porque já foram feitas promessas no passado.

**Qual a situação no campus de Maceió?**

Lá também ocorrem fugas. Quinze dias antes da fuga de Arapiraca, em março, reeducandos também fugiram e invadiram o campus de Maceió. No caso dos assaltos que vinham acontecendo, nos últimos dois anos, foram reduzidas significativamente as ocorrências.

**Com a falta de perspectivas para o retorno às aulas, os alunos podem vir a ser prejudicados com a perda do semestre?**

Não, não existe isso. Digo sempre aos estudantes: a greve é dolorosa para todas as categorias, não só para eles, mas para os docentes e para os técnicos administrativos. Desde quando ingressei nessa universidade como aluno, em 1983, já enfrentei greves de 120 dias e nunca houve perda de semestre. □

**Qual a situação do Curso de Medicina Veterinária que funciona no município de Viçosa?**

Falta o hospital veterinário. Não há estrutura nos prédios, falta telefone fixo. Há a necessidade de contratação de professores. A carga horária dos professores de lá é muito